SENADO FEDERAL

MENSAGEM
Nº 207, DE 2007
(nº 884, de 2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Angola.

Os méritos do Senhor Afonso José Sena Cardoso que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 13 de novembro de 2007.

EM Nº 00354 MRE - DP/DSE/SGEX/AFEPA/G

Brasília, 09/de novembro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Angola.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* do Senhor **AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO

CPF.: 3871630772
ID.: 1854/MRE

08/04/1947	Filho de David Martins Cardoso e Alice de Jesus Sena Cardoso, nasce em 8 de abril, no Rio de Janeiro/RJ
01/02/1967	Oficial de Chancelaria em 2 de fevereiro
02/02/1967	Divisão Jurídica
13/11/1970	Legação em Budapeste
01/03/1973	Divisão de Orçamento e Programação Financeira
01/08/1973	Seção de Programação e Análise, Chefe
13/07/1974	Letras, Português-Latim, Centro de Ensino Unificado de Brasília/DF
01/03/1975	CPCD - IRBr
04/11/1976	Prêmio Barão do Rio Branco, Medalha de ouro
09/11/1976	Terceiro Secretário em 9 de novembro
10/11/1976	Coordenadoria Técnica do Departamento de Comunicações e Documentação, Assistente
25/02/1977	Divisão de Transmissões Internacionais, assistente
03/07/1978	Departamento de Comunicações e Documentação, assessor
20/06/1979	Segundo Secretário em 20 de junho
14/04/1980	Embaixada em Washington, Segundo Secretário
01/09/1980	CAD, IRBr
25/06/1983	Embaixada em Montevidéu, Segundo Secretário
29/06/1984	Primeiro Secretário em 29 de junho
03/02/1987	Divisão Consular, Chefe, substituto
01/01/1988	Instituto Rio Branco, Professor de Prática Consular
01/03/1990	Secretaria-Geral Executiva, assessor e Coordenador-Executivo

19/12/1990	Conselheiro em 19 de dezembro
25/03/1991	Missão junto à ONU, Nova York, Conselheiro
14/07/1992	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
01/11/1993	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
01/06/1994	CAE, IRBr, O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas
21/07/1994	Embaixada em Santiago, Conselheiro
01/02/1996	Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Comendador
20/06/1996	Divisão de Agricultura e Produtos de Base, Chefe
24/12/1997	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 24 de dezembro
02/01/1998	O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas, Instituto Rio Branco, FUNAG, Centro de Estudos Estratégicos
01/02/1999	Missão junto à ALADI, Montevidéu, Ministro-Conselheiro, Representante Alterno
01/06/2004	Coordenadoria-Geral de Acompanhamento de Mecanismos Políticos Multilaterais, Coordenador-Geral
30/07/2005	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
20/06/2006	Ministro de Primeira Classe, em 20 de junho
01/02/2007	Departamento de Integração, Diretor

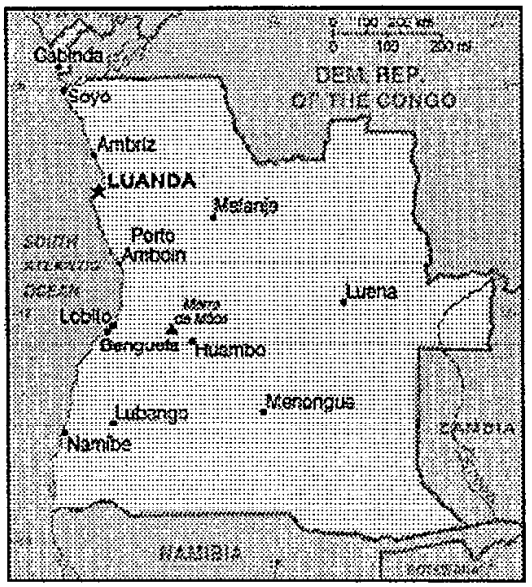
DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

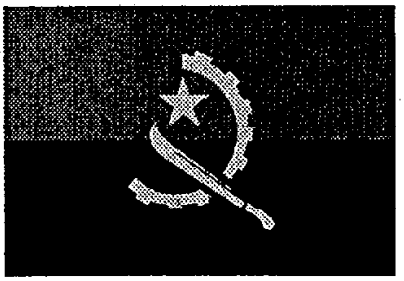
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Informação sobre a República de Angola

SUMÁRIO EXECUTIVO

ostensivo





DADOS BÁSICOS

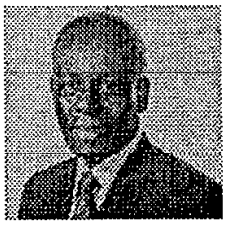
REPÚBLICA DE ANGOLA – DADOS BÁSICOS	
CAPITAL:	Luanda
ÁREA:	1.246.700 Km²
POPULAÇÃO (est. 2006):	15,8 milhões
IDIOMAS:	Português (oficial), umbundo, quimbundo, quicongo e outros.
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Africanas (47%), católica (38%), protestante (15%).
SISTEMA POLÍTICO:	República com sistema misto de Governo. Presidente forte.
CHEFE DE ESTADO:	Presidente José Eduardo dos Santos
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nandó"
CHANCELER:	Ministro João Bernardo de Miranda
PIB (est. 2006):	Nominal - US$ 28,4 bilhões; PPP - US$ 53,9 bilhões.
PIB PER CAPITA (est. 2006):	Nominal - US$ 2.758; PPP - US$ 3.400.
UNIDADE MONETÁRIA:	Kwanza (Kz)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL(US$ MIL - FOB)

Ano	Exportações Brasileiras (A)	Importações Brasileiras (B)	Saldo (A - B)	Intercâmbio Comercial (A+B)
2001	142.900	174.800	-31.900	317.700
2002	199.562	11.629	187.933	211.191
2003	235.469	7.552	227.917	243.021
2004	357.151	3.581	353.570	360.732
2005	521.327	120	521.207	521.447
2006	837.779	459.500	378.279	1.297.279
2007 jan/jul	541.336	477.564	63.772	1.018.900

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente José Eduardo dos Santos



Nascido em agosto de 1943, em Luanda.

Iniciou a atividade política em grupos clandestinos constituídos nos subúrbios de Luanda, na seqüência da criação, em 1956, do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). Em 1961, após o início da luta pela independência, deixou o país e passou a coordenar a atividade da Juventude do MPLA no exterior. Tornou-se, então, o primeiro representante do MPLA em Brazzaville.

De 1963 a 1969, estudou Engenharia de Petróleo na União Soviética. De volta a Angola, exerceu diversas funções político-militares em Cabinda. Com a independência, tornou-se Ministro das Relações Exteriores (1975-77). Assumiu a Presidência do MPLA e a posição de Comandante-em-Chefe das FAPLA (1979-80), precursora das Forças Armadas Angolanas. Foi Presidente da Assembléia do Povo (1980-1992). Tornou-se Presidente após vencer em primeiro turno as eleições de 1992, as primeiras eleições multipartidárias de Angola.

Primeiro-Ministro Fernando da Piedade Dias dos Santos ("Nandó")



Nascido em março de 1952. Tem formação técnica de eletricista.

Ingressou na luta pela independência em 1970 e, em 1974, desertou do Exército português para ingressar no MPLA. Foi combatente das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) até 1978, quando foi transferido para o Corpo de Polícia Popular.

Em 1984, foi nomeado Vice-Ministro do Interior. Em 1986, assumiu a pasta da Segurança do Estado. Posteriormente, foi nomeado Ministro do Interior e Coordenador do Processo de Paz e Reconciliação. Tornou-se Primeiro-Ministro em dezembro de 2002, após mais de três anos de vacância do cargo.

Chanceler João Bernardo de Miranda



Nasceu em julho de 1951. Formou-se em Jornalismo na República Democrática do Congo e fez estudos em Direito Internacional Público.

Começou como Diretor de Informação da Rádio Nacional de Angola (1977-1980). Mais tarde, tornou-se Chefe da Divisão dos Assuntos Políticos e Jurídicos do Comitê Central do MPLA (1985-1989) e Diretor do Departamento de Informação e Propaganda do Comitê Central do MPLA (1989-1991). É Ministro das Relações Exteriores desde 1999.

POLÍTICA INTERNA

Angola viveu em guerra por quatro décadas. Desde 1961, com combates entre os colonizadores portugueses e forças rebeldes. Após a independência, em 1975, instalou-se disputa sangrenta entre as três principais facções que disputavam o poder: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). A Guerra Fria aguçou e armou as facções em luta, com atuação de soldados cubanos ao lado do MPLA, e a ingerência direta da África do Sul, à época sob o regime *aparteísta*, prestando apoio ao FNLA e à UNITA.

Com o enfraquecimento da Guerra Fria, no final dos anos 80, foram instaladas operações de paz sob a égide da ONU em Angola. A UNAVEM I fiscalizou a saída das tropas cubanas e a UNAVEM II teve como tarefa facilitar a realização das eleições. As eleições de setembro de 1992, declaradas justas e livres pelos observadores internacionais, deram vitória ao MPLA. A UNITA, entretanto, não aceitou os resultados e retomou a guerra em outubro daquele ano.

Em novembro de 1994 foi assinado o Protocolo de Lusaca, que determinou a desmilitarização da UNITA e assimilação de seus quadros às forças armadas unificadas e a volta das tropas governamentais aos quartéis.

Apenas em 2002 a paz foi efetivamente estabelecida, com a morte do líder rebelde Jonas Savimbi e do Vice-Presidente da UNITA, António Dembo. Em 13 de março de 2002, o Governo declarou a cessação unilateral das ofensivas militares, apresentou plano de paz, em conformidade com o Protocolo de Lusaca, e proposta de anistia. A data de 4 de abril de 2002 passou a ser celebrada como "Dia da Paz e da Reconciliação Nacional", quando se pôs fim a quarenta anos de conflito.

Se, por um lado, a UNITA conseguiu transformar-se no principal partido político de oposição, por outro, a perda dos principais líderes ainda se faz sentir. Desde 2005, a direção da UNITA não tem logrado vencer a resistência de diversos Deputados de sua bancada à orientação da liderança partidária.

Em 2004, o Conselho da República (CR – órgão de assessoramento do Presidente, integrado por 23 altas autoridades do país) definiu a realização de eleições em 2006, e em novembro daquele ano teve início o registro eleitoral. Em dezembro de 2006, o CR recomendou a realização de eleições parlamentares, entre maio e agosto de 2008; e de eleições

presidenciais entre maio e agosto de 2009. Publicamente, o atual Presidente negou pretensão de tentar reeleger-se.

ECONOMIA

Desde o fim da guerra civil, o desenvolvimento do ambiente macroeconômico de Angola tem sido notável. A alta taxa de inflação e o déficit fiscal foram controlados. A taxa de crescimento do PIB real angolano foi estimada em 15% em 2006. Deverá alcançar 15,9% em 2007. Segundo fontes de imprensa, deverá ser ainda superior em 2008, impulsionada sobretudo pela produção de petróleo.

O país já pagou US$ 2,3 bilhões aos credores internacionais do Clube de Paris e prometeu amortizar mais US$ 800 milhões de sua dívida externa até o final de 2007. Como resultado, o estoque da dívida externa total diminui 9% entre 2005 e 2006, alcançando US$ 10,7 bilhões. Em fevereiro de 2007, o Governo angolano decidiu não negociar novo acordo com o FMI.

A taxa de inflação de 2006, estimada em 13,3%, foi a menor em décadas, mas subsiste a preocupação de que o controle inflacionário não seja sustentável, uma vez que em anos recentes é forte a tendência de expansão da oferta monetária e dos gastos.

O Governo angolano anunciou programa governamental de infra-estrutura, com investimentos de US$ 2 bilhões em estradas e idêntico montante na infra-estrutura elétrica.

Angola possui reservas petrolíferas de 9 bilhões de barris (2006). É o segundo maior produtor de petróleo da África, atrás apenas da Nigéria. A economia angolana é altamente dependente do petróleo, que responde por 92% das exportações, 90% da arrecadação do governo e 40% do PIB do país.

O setor mineral angolano (exclusive o petróleo) responde por mais de 7% do PIB do país, sendo que os diamantes perfazem mais de 98% desse total (com cerca de US$ 900 milhões em exportações). Em termos de valor, Angola é o quinto maior produtor de diamantes do mundo, respondendo por cerca de 8% da produção global, e o terceiro maior na África, atrás de Botsuana e da África do Sul. O país patrocinou a criação da Associação dos Países Produtores de Diamantes (ADPA) e convocou a primeira Cimeira Mundial de Diamantes.

POLÍTICA EXTERNA

Relações no continente africano

A instabilidade na região dos Grandes Lagos e na República Democrática do Congo (RDC), em particular, são temas cruciais para o país. Luanda teve papel fundamental na assinatura dos acordos de paz na RDC, em meados de 2003. A extensa fronteira com a RDC (2.500 km, mais 200 km no entorno de Cabinda, onde se concentram as reservas de petróleo angolanas) é altamente permeável. A RDC abriga a maior comunidade angolana no exterior, estimada em 500 mil pessoas. Angola mantém contingentes militares no Congo e na RDC.

Luanda participa da estruturação das forças de paz regionais a serem criadas no âmbito da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC).

O Governo angolano está empenhado em conferir impulso político e conteúdo significativo à Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Organizou a VI Reunião Ministerial da organização, em junho de 2007, depois de vários anos de inatividade do mecanismo. Angola pretende atribuir responsabilidades específicas aos países membros para a execução da Declaração.

Com a África do Sul, as relações se ressentem da falta de apoio sul-africano na última etapa da guerra civil angolana e da desaprovação sul-africana à política angolana de intervir militarmente em seus vizinhos durante a década de 1990. Entretanto, o comércio bilateral tem florescido e a África do Sul afigura-se importante fornecedor do mercado angolano.

No âmbito da CPLP, Angola tem preocupação especial com a Guiné Bissau. O Presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo "Nino" Vieira, realizou visita a Luanda em fevereiro de 2007. Angola, como o Brasil, considera fundamental a inclusão da Guiné-Bissau como tema da Comissão de Construção da Paz (CCP/ONU).

China

Em 2006, Angola tornou-se o principal parceiro comercial da China na África subsaariana, com um fluxo de comércio de US$ 9,3 bilhões, e ultrapassou a Arábia Saudita como maior fornecedor de petróleo para a China. O valor das exportações de óleo cru para a China aumentaram onze vezes entre 2002 e 2006.

A China concedeu linhas de crédito a Angola de US$ 2 bilhões em 2003, US$ 1 bilhão, em 2006 e US$ 2 bilhões, em 2007. Segundo algumas fontes o total de recursos das linhas chinesas aproxima-se hoje dos US$ 9 bilhões.

Estima-se em 50 mil o número de trabalhadores chineses envolvidos em projetos de construção operados por empresas chinesas em Angola. Destes, o principal é o dos Caminhos de Ferro de Benguela, a maior ferrovia de Angola, com 1.336 km de extensão, que ligará o porto de Lobito à fronteira oriental do país, com a Zâmbia e a RDC.

Em fevereiro de 2007, foi anunciado o estabelecimento da primeira conexão aérea direta entre China e Angola.

Portugal

Apesar do ressentimento existente na população angolana pelo passado colonial, a migração é intensa e Portugal tem fortes interesses comerciais em Angola, principalmente nos setores de serviços bancários, comércio, telecomunicações e construção civil. A ex-metrópole foi, em 2005, o segundo maior exportador para Angola, origem de 12,6% das compras angolanas.

Em fevereiro de 2007, o Governo português aprovou a abertura de linha de crédito, até o montante de cem milhões de euros, para financiar projetos integrados no Programa de Investimento Público de Angola.

No ramo dos biocombustíveis, foi anunciada a sociedade do grupo português Atlântica com empresas locais para a produção de biodiesel, a partir de óleo de palma. O projeto deve iniciar-se em 2008, com investimento inicial de 35 milhões de euros, na província do Bengo. A área plantada poderá atingir, quatro anos após o início do projeto, vinte mil hectares.

Estados Unidos

Somente em 1993 os Estados Unidos estabeleceram relações diplomáticas com Angola. Antes disso, apoiaram a UNITA na guerra civil angolana. Os Estados Unidos são o maior comprador do petróleo angolano. Em 2003, os EUA foram os maiores doadores de assistência bilateral a Angola: quase US$ 200 milhões. Todavia, persiste forte ressentimento angolano pelas posições americanas no período da Guerra Fria.

RELAÇÕES BILATERAIS COM O BRASIL

As relações do Brasil com Angola são estreitas. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer o Governo independente de Angola, em novembro de 1975, o que é ainda fonte de grande prestígio para a diplomacia brasileira junto às autoridades angolanas. O intercâmbio de contingentes populacionais é vultoso e crescente. Há boa coordenação entre os dois países nos foros multilaterais, o que se configura no apoio mútuo a candidaturas a cargos e mandatos. Há também intensa troca de delegações governamentais para contatos nas mais diversas áreas da administração.

O Brasil foi um dos primeiros países com o qual Angola equacionou o pagamento de sua dívida externa. Angola amortizava em petróleo o débito com o Brasil e recebia parte do pagamento da venda da *commodity* sob forma de novos créditos para a importação de bens e serviços brasileiros. Atualmente, a liquidação dos débitos se faz por meio de operação financeira, garantida em petróleo.

Entre outros benefícios, esse mecanismo de financiamento tornou possível a construção da Hidrelétrica de Capanda, o mais importante projeto de infra-estrutura do país. Desde a concessão da primeira linha de US$ 1,0 bilhão, e em vista dos bons resultados alcançados pelo mecanismo, este tem sido sistematicamente renovado. Em 2005, durante a visita ao Brasil do Presidente José Eduardo dos Santos, foi assinado novo compromisso de concessão de créditos, de US$ 580 milhões, para os anos de 2005 a 2007. Em outubro de 2006, novos entendimentos permitiram o aumento da linha de crédito em US$ 750 milhões em exportações brasileiras de bens e serviços no período de 2006 a 2008. Nova linha de crédito, de US$ 1 bilhão foi anunciada durante a visita do Presidente Lula a Luanda, em 18 de outubro último.

Em dezembro de 2006, o Presidente José Eduardo dos Santos anunciou a inauguração do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), para prover financiamento de médio e longo prazo a investimentos produtivos, de modo a diversificar a economia angolana. Consultores brasileiros estão assessorando a implantação do BDA. Grupos privados brasileiros também prestam consultoria em outras áreas, como por exemplo na montagem do sistema de telecomunicações angolano. Angola manifesta vivo interesse nessa cooperação brasileira e tem mandado com freqüência missões de alto nível para conhecer a experiência brasileira em áreas específicas da economia e da gestão pública (petróleo, privatizações, programas de saúde, etc.).

Quanto às relações culturais, cabe lembrar a importância da Casa da Cultura do Brasil em Luanda, espaço inaugurado pelo Presidente Lula em

2003, que abriga programas de interesse cultural e social, gratuitamente, em instalações hoje alugadas. Em 2004, a Fundação Eduardo dos Santos (FESA) comunicou decisão do Presidente angolano de ceder o prédio histórico do "Grande Hotel Luanda" para a instalação definitiva da Casa da Cultura, em reciprocidade à doação, pela Odebrecht, do imóvel da Casa da Cultura de Angola no Brasil, em Salvador. Encontram-se sob avaliação outros projetos de cooperação nas áreas de patrimônio, preservação da memória, produção audiovisuais e da gestão da cultura.

No que tange à cooperação técnica, destaca-se a instalação, em 1998, do Centro de Formação Profissional do Cazenga – projeto apoiado pelo SENAI, que forma cerca de 2.500 jovens por ano em cursos de mecânica, elétricidade, informática, alvenaria e eletrônica. Em 2005, o controle do Centro Profissional de Cazenga foi transferido para o Governo angolano.

Duzentos estudantes angolanos foram beneficiados, somente nesta década, com bolsas para graduação ou pós-graduação no Brasil.

Dentre os projetos de cooperação técnica em execução, merecem destaque:

- **"Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola"**, que está capacitando formadores angolanos na disciplina da educação ambiental e prestando apoio à elaboração do Programa Nacional de Educação Ambiental de Angola;

- **"Apoio à Reestruturação do Telecentro de Luanda"**, com vistas a disponibilizar um telecentro na capital angolana;

- **"Reorganização, Fortalecimento Institucional e Inovação Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável em Angola"**, já executado, promoveu cursos técnicos para reforçar a articulação da extensão rural com instituições de fomento do desenvolvimento sustentável;

- **"Inserção Social pela Prática Esportiva"** transferiu metodologia de desenvolvimento da prática desportiva integrada ao ambiente escolar e coordenou instalação de fábrica de bolas em instituição prisional de Viana.

Por fim, releva-se a cooperação no domínio espacial, de grande relevância para a promoção do desenvolvimento sustentável. Brasil e China acordaram a distribuição gratuita de dados CBERS para países africanos, dentre os quais Angola. O programa CBERS é hoje o maior projeto de cooperação técnico-científica entre dois países em desenvolvimento. As imagens geradas pelos satélites CBERS são importantes para aplicações em meio-ambiente, agricultura, desastres naturais, gerenciamento rural, preservação de ecossistemas.

COMÉRCIO BILATERAL E INVESTIMENTOS

No continente africano, Angola é o terceiro maior fornecedor do Brasil e o quarto maior importador de nossos produtos. Tendo em conta a demanda crescente por produtos brasileiros e o maior interesse do empresariado nacional pelo mercado angolano, as perspectivas são de ampliação do comércio bilateral.

Empresas brasileiras exportadoras dispõem de vantagens comparativas para inserção no mercado angolano, como a língua comum, a adequação da tecnologia brasileira à realidade local e a possibilidade de financiamento, por meio das linhas de crédito disponibilizadas pelo Governo brasileiro. Outro facilitador do comércio bilateral é escritório do Banco do Brasil em Luanda, que financia linhas de crédito para exportação a pequenas e médias empresas angolanas. Cabe citar também a presença brasileira positiva no imaginário do público angolano, forjada a partir da projeção do futebol brasileiro e de outras expressões culturais, como a música e as telenovelas.

A corrente de comércio entre Brasil e Angola aumentou 150% entre 2005 e 2006, passando de US$ 520 milhões para US$ 1,3 bilhão. O Brasil vendeu a Angola, no ano passado, US$ 836 milhões (6° maior fornecedor), 60,7% a mais que em 2005. Os principais produtos da pauta foram açúcar (US$ 89 milhões, 11%), gasolina (US$ 41 milhões, 4,9%), tubos de aço para oleodutos (US$ 39 milhões, 4,7%) e tratores (US$ 29 milhões, 3,5%).

Angola, que praticamente nada exportou ao Brasil em 2005, vendeu, em 2006, US$ 464 milhões em petróleo e propano brutos. Existe também uma expressiva corrente comercial embutida no "comércio formiga", de difícil contabilização oficial, conduzido pelos "sacoleiros" que permanentemente lotam os 3 vôos semanais da TAAG para o Brasil.

No corrente ano, aumentou o comércio bilateral. Somente até julho, o fluxo total já ultrapassou a marca de US$ 1 bilhão, com pequeno saldo para o Brasil. Nossas exportações são puxadas por veículos e máquinas. Angola segue com vendas totalmente concentradas em petróleo, porém em valor que já supera o vendido ao longo de todo o ano passado.

A última edição da Feira Internacional de Luanda (FILDA), ocorrida em julho de 2007, contou com a participação de 41 empresas brasileiras dos setores de construção civil, máquinas e equipamentos, veículos, alimentos e bebidas, confecções, calçados, móveis, transporte marítimo, dentre outros.

Investimentos

Empresas como a Construtora Norberto Odebrecht, Furnas e Petrobras estão presentes em Angola desde o período da guerra civil. A Companhia Vale do Rio Doce instalou-se em Angola em 2005 e desenvolve atividades de pesquisa sobre prospecção, exploração e beneficiamento de metais (cobre, cobalto, níquel, ouro) e fosfatos.

O setor de construção civil e saneamento básico registra a maior presença de empresas brasileiras (Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa, Mello Júnior e Queiroz Galvão), envolvidas na construção de condomínios residenciais, centros comerciais, estradas e abastecimento de água.

Desde 1979, a Petrobras atua na exploração e produção de petróleo em território angolano. Em maio de 2006, aumentou substancialmente o nível de suas operações em Angola, tendo passado da participação em dois blocos com produção decrescente para a operação em seis blocos, dos quais em três atuará como operadora.

A Odebrecht e a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol) elaboraram projeto conjunto de produção de açúcar e etanol em Angola, que prevê investimento de cerca de US$200 milhões. Contará com área de 30 mil hectares e uma unidade industrial com capacidade de moagem de 2 milhões de toneladas por safra e produção de 160 mil toneladas de açúcar, 50 mil metros cúbicos de álcool e 140 mil MWh de energia elétrica por ano. O projeto gerará 2 mil empregos diretos. Espera-se que o projeto seja anunciado por ocasião da visita presidencial.

Do lado angolano, registre-se que a "Sociedade Petrolífera Privada Angolana" (Somoil) venceu, em 2007, concurso internacional para participar na pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo e gás de bloco na Bacia do Recôncavo, Bahia. A Somoil desembolsou metade dos US$ 6 milhões estabelecidos para amortizar as despesas iniciais efetuadas pela parceira brasileira Starfish Oil & Gas e tem prevista a abertura de uma filial no Brasil. Trata-se do primeiro caso de internacionalização de uma empresa petrolífera privada angolana.

INVESTIMENTO DIRETO (em US$ milhões):

Origem dos investimentos	2002	2003	2004	2005	2006
Brasileiros em Angola*	265	18	22	24	17
Angolanos no Brasil	2,88	0,64	0,48	0,43	sd

• Investimento direto superior a 10%. Fonte: Banco Central do Brasil

INDICADORES COMERCIAIS

COMÉRCIO EXTERIOR DE ANGOLA (US$ MILHÕES – FOB)

Ano	Exportações (A)	Importações (B)	Saldo (A - B)	Intercâmbio Comercial (A+B)
2002	7.274	3.062	4.212	10.335
2003	8.506	4.465	4.041	12.971
2004	11.541	7.034	4.508	18.575
2005	20.194	8.136	12.058	16.759
2006	28.664	11.905	16.759	40.569

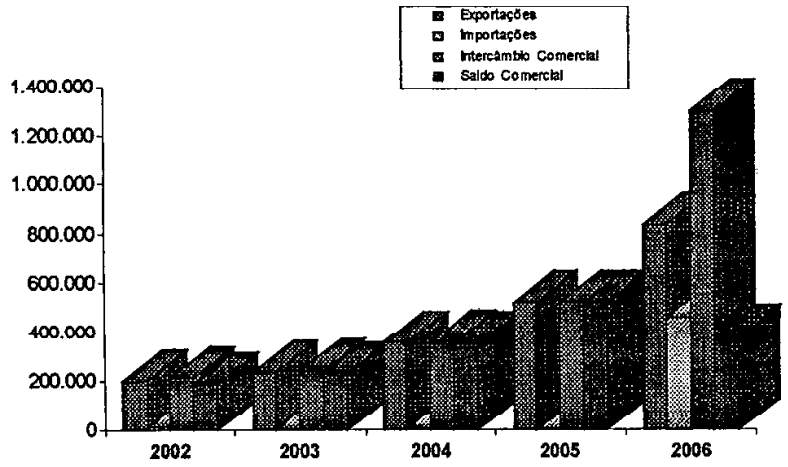
Direção do Comércio Exterior (US$ milhões - fob)	2004	2005	2006
Exportações			
Estados Unidos	4.361 (37,8)	8.042 (39,8%)	11.068 (38,6%)
China	4.121 (35,7%)	5.982 (29,6%)	9.937 (34,7%)
França	747 (6,5%)	1.585 (7,8%)	1.413 (4,9%)
Chile	392 (3,4%)	1.088 (5,4%)	1.197 (4,2%)
Japão	8 (0,1%)	17 (0,1%)	543 (1,9%)
Canadá	0 (0,0%)	283 (1,4%)	529 (1,8%)
Espanha	191 (1,7%)	610 (3,0%)	420 (1,5%)
África do Sul	261 (2,3%)	296 (1,5%)	366 (1,3%)
Bélgica	109 (0,9%)	472 (2,3%)	324 (1,1%)
Importações			
República da Coréia	1.996 (28,4%)	1.669 (20,5%)	2.063 (17,3%)
Estados Unidos	654 (9,3%)	1.021 (12,5%)	1.705 (14,3%)
Portugal	920 (13,1%)	1.093 (13,4%)	1.677 (14,1%)
China	194 (2,8%)	410 (5,0%)	984 (8,3%)
África do Sul	525 (7,5%)	600 (7,4%)	747 (6,3%)
Brasil	392 (5,6%)	572 (7,0%)	708 (5,9%)
França	307 (4,4%)	411 (5,1%)	695 (5,8%)

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema Alice

Intercâmbio Brasil - Angola Principais produtos (US$ mil - fob)	2004	2005	2006
Exportações brasileiras			
Veículos automóveis, tratores e ciclos	62.318 (17,4%)	77.023 (14,8%)	126.087 (15,1%)
Açúcares	43.428 (12,2%)	59.710 (11,5%)	94.790 (11,3%)
Máquinas e aparelhos elétricos	42.616 (11,9%)	32.024 (6,1%)	89.783 (10,7%)
Obras de ferro ou aço	25.327 (7,1%)	38.704 (7,4%)	77.499 (9,3%)
Máquinas e instrumentos mecânicos	25.097 (7,0%)	75.923 (14,6%)	74.898 (8,9%)
Carnes	44.253 (12,4%)	48.342 (9,3%)	63.311 (7,6%)
Importações para o Brasil			
Combustíveis e óleos	3.519 (98,3%)	0 (0,0%)	459.434 (100%)
Alumínio	10 (0,3%)	120 (100,0%)	26 (0,0%)

Intercâmbio Brasil - Angola Principais produtos (US$ mil - fob)	2006 (janeiro a julho)	2007 (janeiro a julho)
Exportações brasileiras		
Veículos automóveis	59.913 (14,4%)	102.089 (18,9%)
Caldeiras, máquinas e instrumentos mecânicos	38.594 (9,2%)	65.039 (12%)
Carnes	32.263 (7,7%)	49.858 (9,2%)
Móveis	19.001 (4,6%)	48.190 (8,9%)
Açúcares	56.110 (13,4%)	42.088 (7,8%)
Máquinas e aparelhos elétricos	75.010 (18,0%)	29.064 (5,4%)
Obras de ferro ou aço	31.112 (7,3%)	28.736 (5,3%)
Aeronaves	0 (0,0%)	25.638 (4,7%)
Plásticos	6.106 (1,5%)	15.964 (2,9%)
Ferro fundido, ferro ou aço	18.841 (4,5%)	15.293 (2,8%)
Importações para o Brasil		
Combustíveis e óleos	186.559 (100%)	477.564 (100%)

Intercâmbio Comercial Brasil – Angola de 2002 a 2006



ATOS A SEREM ASSINADOS

1. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária".
2. Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Escola de Todos".
3. Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Capacitação para Elaboração de Reforma Curricular".
4. "Memorandum de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas".
5. "Protocolo para Incentivo à Iniciação Científica".
6. Acordo de cooperação entre o Instituto Rio-Branco e a Academia Diplomática de Angola.

ATOS BILATERAIS EM VIGOR

Título	Celebrado em	Entrada em vigor	Publicado no DOU nº-DATA	Promulgação	
				Decreto nº	Data
Acordo de Cooperação Cultural e Científica	11/6/1980	11/2/1982		99.558	5/10/1990
Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica	11/6/1980	11/2/1982		99.559	5/10/1990
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, de 11/6/80, na Área de Comércio	12/4/1983	12/4/1983	Em vigor desde a assinatura	Prescinde de decreto	
Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica sobre Cooperação no Campo das Comunicações, de 11/6/80	20/10/1983	20/10/1983	Em vigor desde a assinatura	Prescinde de decreto	
Protocolo de Intenções na Área de Desenvolvimento Educacional	10/9/1991	10/9/1991	Em vigor desde a assinatura	Prescinde de decreto	
Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviços	31/5/1999	30/9/2000	190-2/10/2000	3.616	29/9/2000
Protocolo de Intenções para Cooperação Técnica no Domínio da Segurança e da Ordem Pública	14/11/2000	14/11/2000	230-30/11/2000	Prescinde de decreto	
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Apoiar o Desenvolvimento do Programa Nacional "Escola para	1/8/2002	1/8/2002	164-26/8/2002	Prescinde de decreto	

Todos", em sua Fase Emergencial (2002-2015)					
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Reorganização, Fortalecimento Institucional e Inovação Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável em Angola"	3/11/2003	3/11/2003	41-2/3/2004	Prescinde de decreto	
Protocolo de Cooperação Técnica na Área do meio Ambiente	3/11/2003	3/11/2003	42-3/3/2004	Prescinde de decreto	
Protocolo de Cooperação sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura e Pecuária	3/11/2003	3/11/2003	41-2/3/2004	Prescinde de decreto	
Protocolo de Cooperação Técnica para Apoio ao Instituto de Formação da Administração Local (IFAL)	3/11/2003	3/11/2003	41-2/3/2004	Prescinde de decreto	
Memorando de Entendimento ao Amparo do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para apoiar o Desenvolvimento da Programa "Escola para todos" em sua Fase Emergencial (2004-2007)	3/11/2003	3/11/2003	41-2/3/2004	Prescinde de decreto	
Ajuste Complementar no domínio do Desporto	3/11/2003	3/11/2003	41-2/3/2004	Prescinde de decreto	
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional dos Institutos de Investigação Agronômica e veterinária de Angola"	3/11/2003	3/11/2003	44-5/3/2004	Prescinde de decreto	
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola"	3/11/2003	3/11/2003	41-2/3/2004	Prescinde de decreto	
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, científica e Técnica para as Áreas do Trabalho, Emprego e formação Profissional	3/11/2003	3/11/2003	41-2/3/2004	Prescinde de decreto	
Programa de Trabalho em Matéria de Cooperação Científica e Tecnológica	3/11/2003	3/11/2003	44-5/3/2004	Prescinde de decreto	
Programa de Cooperação Cultural para 2004 a 2006	4/11/2003	4/11/2003	41-2/3/2004	Prescinde de decreto	
Segunda Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica na Área de Formação Profissional, firmado em 28/04/1999	4/11/2003	4/11/2003	44-5/3/2004	Prescinde de decreto	

Protocolo de Cooperação Técnica no Domínio do Petróleo	4/11/2003	4/11/2003	50-15/3/2004	Prescinde de decreto	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Inserção Social pela Prática Esportiva"	19/1/2005	19/1/2005	16-24/1/2005	Prescinde de decreto	
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Administração Pública	3/5/2005	3/5/2005	87-9/5/2005	Prescinde de decreto	

Aviso nº 1.108 - C. Civil.

Em 13 de novembro de 2007.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República indica o nome do Senhor AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Angola.

Atenciosamente,

DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Seção IV
DO SENADO FEDERAL

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

.....

LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Conversão da MPv nº 319, de 2006

Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993; revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

.....

Art. 39. Mediante aprovação prévia do Senado Federal, os Chefes de Missão Diplomática Permanente e de Missão ou Delegação Permanente junto a organismo internacional serão nomeados pelo Presidente da República com o título de Embaixador.

§ 1º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática efetiva, poderá ser cumulativamente acreditado Chefe de Missão Diplomática Permanente residente em outro Estado, mantendo-se, nessa eventualidade, a sede primitiva.

§ 2º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática residente ou cumulativa, poderá ser excepcionalmente acreditado como Chefe de Missão Diplomática Ministro de Primeira Classe ou Ministro de Segunda Classe, nos termos do art. 46 desta Lei, lotado na Secretaria de Estado.

§ 3º Excepcionalmente e a critério da administração, o Ministro de Primeira Classe, em exercício na Secretaria de Estado, poderá ser designado como Embaixador Extraordinário para o tratamento de assuntos relevantes para a política externa brasileira.

.....

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 21/11/2007.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)